

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos cotistas e diretoria da
BanQi Instituição de Pagamentos Ltda
São Paulo/SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BanQi Instituição de Pagamentos Ltda (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BanQi Instituição de Pagamentos Ltda em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da retificação de erro descrita na nota 3, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 14 de setembro de 2022. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2023, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 3 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras de 2023. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados.

Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis de 30 de junho de 2022 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Building a better
working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de agosto de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, consisting of several overlapping loops and a horizontal stroke, positioned above the name 'Rui Borges'.

Rui Borges
Contador CRC-SP207135/O



Relatório da Administração

O banQi Instituição de Pagamentos Ltda. (“Instituição” ou “banQi”) apresenta as suas Demonstrações Financeiras relativas ao semestre em 30 de junho de 2023, elaboradas em atendimento à circular no 3.833/2017 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Perfil Corporativo:

O banQi foi criado em 2019 e adquirido pela Via S.A (“Via”) em 2020, fortalecendo ainda mais seu propósito de oferecer serviços financeiros e produtos de crédito acessíveis e eficientes à população brasileira. Uma iniciativa que nasceu do varejo, dentro das Casas Bahia – uma das maiores redes do país, com mais de 1.000 lojas espalhadas por todas as regiões do Brasil, e que se propõe a ser uma completa plataforma de serviços financeiros com tecnologia intuitiva, transparência e informação simplificada aos clientes. O banQi tem como foco democratizar as soluções financeiras, dentro e fora do ecossistema da Via, e garantir mais autonomia e possibilidades para os brasileiros oferecendo um amplo portfólio de produtos:

- **Conta digital completa:** sem cobrança de taxas e nem tarifa de manutenção. Com Pix, depósito, saque em qualquer das mil lojas das Casas Bahia em todo o Brasil, transferências, pagamento de boletos, pagamento e recebimento com QR Code, além da possibilidade de fazer recarga do seu celular e bilhete único.
- **Cartão Pré-Pago:** A conta digital oferece também um cartão com bandeira Mastercard pré-pago que pode ser utilizado em compras nacionais e internacionais, associado ao saldo na conta do usuário. Ele possui pagamento por aproximação, bloqueio temporário, cartão virtual e não cobra anuidade.
- **Empréstimo Pessoal:** com o empréstimo banQi o dinheiro cai na hora direto na conta. O pagamento pode ser efetuado via boleto bancário e você pode escolher a melhor data de pagamento.
- **Carnê Digital:** o cliente pode efetuar o pagamento do seu carnê das Casas Bahia direto no nosso app sem precisar pegar filas ou se deslocar até a loja. Esta funcionalidade tem como objetivo levar digitalização e inclusão financeira para as classes CDE.
- **Shopping banQi:** é uma plataforma de compras, na qual os clientes banQi encontram ofertas exclusivas de produtos Casas Bahia e outras lojas no nosso shopping de afiliados. O cliente pode comprar também cartões presente dos mais diversos players de mercado. A compra pode ser feita utilizando os cartões de crédito ou saldo na conta banQi.

São Paulo, 31 de agosto de 2023

Flavio Xavier Ferreira

Diretor Financeiro

Vital Flores Leite

Diretor de Cobrança e Crédito



Balanco Patrimonial

Em 30 de junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	30/06/2023	31/12/2022
Ativo circulante		228.688	273.553
Disponibilidades	5	3.771	5.662
Caixa e equivalentes de caixa		3.771	5.662
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	53.808	57.282
Títulos e Valores Mobiliários	6	150.806	182.225
Contas a receber de clientes	7	81	520
Relações interfinanceiras	-	2.943	4.999
Valores a receber – partes relacionadas	16	3.439	5.404
Instrumentos Financeiros		211.077	250.430
Adiantamentos e despesas antecipadas	-	10.008	10.464
Outros valores e bens		10.008	10.464
Outros créditos	-	3.832	6.997
Outros créditos		3.832	6.997
Ativo não circulante		174.488	145.604
Ativos fiscais diferidos	21	124.226	107.943
Ativos fiscais correntes		6.086	3.462
Outros créditos		130.312	111.405
Imobilizado de uso		2.409	2.409
(-) Depreciação acumulada		(821)	(581)
Imobilizado de uso	8	1.588	1.828
Intangível		49.469	36.085
(-) Amortização acumulada		(6.881)	(3.714)
Intangível	9	42.588	32.371
Total do ativo		403.176	419.157

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Balanço Patrimonial

Em 30 de junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	30/06/2023	31/12/2022
Passivo circulante		98.639	118.573
Depósitos	10	46.582	50.058
Relações interfinanceiras - obrigações	11	9.584	21.150
Credores diversos - país	12	31.546	35.358
Credores diversos – exterior	12	661	982
Depósitos e demais instrumentos financeiros		88.373	107.548
Obrigações sociais e trabalhistas	13	7.707	7.175
Impostos e contribuições a pagar	14	2.559	3.850
Outras obrigações		10.266	11.025
Passivo não circulante		73.188	77.785
Credores diversos – país	12	65.252	63.438
Demais instrumentos financeiros		65.252	63.438
Provisão para demandas judiciais	15	132	155
Valores a pagar a sociedades ligadas	16	7.804	14.192
Outras obrigações		7.936	14.347
Patrimônio líquido		231.349	222.799
Capital social	17	515.770	69.870
Capital social a realizar		(10.000)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	396.600
Reserva de capital		2.744	1.917
Prejuízos acumulados	-	(277.165)	(245.588)
Total do passivo e patrimônio líquido		403.176	419.157

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do Resultado

Semestre findo em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	30/06/2023	Reapresentado 30/06/2022
Receita por Intermediação Financeira		20.960	3.872
Rendas com títulos e valores mobiliários	18	20.960	3.872
Despesas de intermediação financeira			
Despesas com operações conta digital	19	(6.210)	(14.068)
Outras Receitas Operacionais		7.759	41.190
Rendas por serviços de pagamento	18.1	7.759	41.190
Resultado bruto operacional		22.509	30.994
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesa de pessoal	20	(41.586)	(38.462)
Despesas administrativas	20	(22.879)	(16.281)
Despesas tributárias		(512)	1.092
Outras despesas operacionais		(5.391)	(57.002)
RESULTADO OPERACIONAL		(47.859)	(79.659)
OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		-	-
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(47.859)	(79.659)
IRPJ e CSLL Diferidos	21	16.283	27.045
PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE		(31.576)	(52.614)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração de Resultado Abrangente

Semestre findo em 30 de junho de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2023	Reapresentado 30/06/2022
Prejuízo do semestre	(31.576)	(52.614)
Resultado abrangente do semestre	-	-
Resultado Abrangente Total	(31.576)	(52.614)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Eventos	Capital social	Capital social a realizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Lucros e prejuízos acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2021	69.870	-	166.608	559	(132.753)	104.284
Reserva de títulos patrimoniais (Stock Options)	-	-	-	524	-	524
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Futuro Aumento de Capital - AFAC	-	-	121.342	-	-	121.342
Prejuízo do Período	-	-	-	-	(52.614)	(52.614)
Saldos em 30 de junho de 2022 (Reapresentado)	69.870	-	287.950	1.083	(185.367)	173.536
		-				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	69.870	-	396.600	1.917	(245.589)	222.798
Reserva de títulos patrimoniais (Stock Options)	-	-	-	827	-	827
Aumento de capital	445.900	-	-	-	-	445.900
Capital social a realizar	-	(10.000)	-	-	-	(10.000)
Futuro Aumento de Capital - AFAC	-	-	(396.600)	-	-	(396.600)
Prejuízo do período	-	-	-	-	(31.576)	(31.576)
		-				
Saldos em 30 de junho de 2023	515.770	(10.000)	-	2.744	(277.165)	231.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do fluxo de caixa

Semestre findo em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2023	30/06/2022
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Prejuízo do semestre:	(31.576)	(52.614)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:	(12.072)	(25.289)
IRPJ e CSLL Diferido	(16.283)	(27.045)
Depreciação e amortização	3.407	1.037
Provisão para demandas judiciais	(23)	195
Pagamento baseado em ações	827	524
Aumento/redução dos ativos:	40.349	(28.678)
Títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras.	34.893	(31.851)
Contas a receber	2.407	(6.610)
Adiantamentos e despesas antecipadas	456	(3.576)
Outros créditos	3.165	(10.111)
Ativos fiscais correntes	(2.625)	(2.150)
Valores a receber - partes relacionadas	(3)	23.919
Relações interfinanceiras	2.056	1.701
Aumento/redução dos passivos:	24.508	5.685
Credores diversos - país	(1.998)	(328)
Obrigações sociais e trabalhistas	531	(3.047)
Valores a pagar - partes relacionadas	(6.388)	(761)
Conta de pagamento pré-paga (depósitos)	(3.476)	6.784
Relações interfinanceiras - obrigações	(11.565)	627
Impostos e contribuições a pagar	(1.290)	951
Credores diversos - exterior	(322)	803
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(27.807)	(100.896)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso	-	(1.260)
Aplicação no intangível	(13.384)	(21.851)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(13.384)	(23.111)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	445.900	-
Capital social a realizar	(10.000)	
Adiantamentos para futuro aumento de capital	(396.600)	121.342
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	39.300	121.342
Aumento /(redução) do caixa e equivalentes de caixa	(1.891)	(2.665)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	5.662	81.462
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	3.771	78.797
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(1.891)	(2.665)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

O banQi Instituição de Pagamento Ltda. (“banQi” ou “Instituição”) é uma Instituição que oferece conta digital gratuita para todos, promovendo a inclusão de toda a população nos serviços financeiros. O início se deu com a parceria fechada em setembro de 2018, entre a Via e a Airfox, fintech americana de meios de pagamento, fundada pelo brasileiro Victor Santos e pela coreana Sara Choi — dois ex-funcionários do Google na Califórnia. Em maio de 2020, a Via adquiriu 100% do banQi e a proposta de oferecer serviços financeiros acessíveis, eficientes e gratuitos à população brasileira ficou ainda mais forte. No primeiro trimestre de 2020, atingimos 1M de downloads, mais de 300% de crescimento no pagamento de boletos e 117% de aumento em carnês Casas Bahia digitalizados.

Em 01 de setembro de 2021 o banQi obteve a autorização do BACEN para atuar como instituição de pagamentos nas modalidades emissora de moeda eletrônica e gerenciando contas de pagamentos pré-pagas. Em decorrência da autorização, passou a aplicar os critérios contábeis de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. A Empresa é uma sociedade limitada, estabelecida e domiciliada na avenida Rebouças n° 3970, Pinheiros, São Paulo – SP.

Em seus arranjos de pagamentos, a Instituição também desempenha a atividade de instituição de pagamentos na modalidade de emissora de moeda eletrônica, criando e gerenciando contas de pagamentos do tipo pré-paga dos seus usuários finais. Em todos os seus arranjos de pagamentos atua habilitando a aceitação dos instrumentos de pagamentos por estabelecimentos comerciais, seja no papel de instituição de pagamentos emissora de moeda eletrônica, e no caso dos arranjos de pagamentos de contas de pré-pagas ou como instituição de pagamento credenciadora.

O plano de negócio do banQi prevê o crescimento no número de usuários registrados, ativos e transacionando, além de aumento no volume transacionado. Usuários engajados e retidos, transacionam mais, gastam mais, cancelam menos e utilizam mais produtos, o que, com o passar dos anos, resultará em geração de lucros. Dessa maneira, as demonstrações financeiras foram preparadas considerando o princípio da continuidade dos negócios da Instituição.

A Instituição atua como uma instituição de arranjo de pagamentos, onde o usuário contém conta de pagamento pré-paga, para efetuar compras e transferências entre usuários e comerciantes dentro do território nacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pelo BACEN:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	
CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos	3.566/08
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras	4.524/16
CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa	3.604/08
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas	3.750/09
CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	4.007/11
CPC 24 - Evento subsequente	3.973/11
CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	3.823/09
CPC 27 – Ativo imobilizado	4.535/16
CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados	4.877/20
CPC 41 – Resultado por ação	3.959/19
CPC 46 – Mensuração do valor justo	4.748/19

As demonstrações financeiras de 30 de junho de 2023 foram aprovadas pela diretoria em 31 de agosto de 2023.



3. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade operacional, com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As políticas contábeis significativas adotadas pela Instituição, estão descritas nas notas explicativas específicas vide a seguir.

3.1 Reapresentação das demonstrações financeiras de 2022

Estas demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas de forma espontânea pela Administração da Instituição em conformidade com os requisitos do CPC 33 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, objetivando registrar créditos tributários dos anos de 2019 e 2020 e a baixa do Intangível em 2021.

Os erros foram reconhecidos pela reapresentação de cada um dos itens afetados nas demonstrações financeiras, conforme segue:

Impactos nas Demonstrações de resultado

	<u>30/06/2022</u> <u>Saldo divulgado anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>30/06/2022</u> <u>Reapresentado</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social			
IRPJ e CSLL Diferidos	28.600	(1.555)	27.045
Despesas Administrativas	(20.853)	<u>4.573</u>	(16.281)
Total dos ajustes no diferido:		3.018	
Prejuízo líquido do semestre		<u>3.018</u>	
Total dos ajustes no resultado:	(55.632)	3.018	(52.614)

Impactos nas Demonstrações do Fluxo de Caixa

	<u>30/06/2022</u> <u>Saldo divulgado anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>30/06/2022</u> <u>Reapresentado</u>
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Ativos fiscais diferidos	28.600	(1.555)	27.045
Intangível	(17.278)	<u>4.573</u>	(12.705)
Total dos ajustes no Fluxo de caixa de atividades operacionais:		3.018	

3.2 Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem.

3.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Instituição atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Instituição.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem as disponibilidades (caixa e os depósitos bancários) e outros investimentos de curto prazo e alta liquidez, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização e são resgatáveis em até 90 dias em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento próprio.

3.5 Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários – Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador classificados nas categorias;



Títulos para negociação – Títulos valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados a valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido; e

Títulos mantidos até o vencimento – Títulos e valores mobiliários avaliados pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos, estando condicionada à capacidade financeira da instituição em mantê-los em carteira até o vencimento, cuja decisão da Administração desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros – Em conformidade com a Resolução do BCB nº 4.748, o valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data da sua mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar são observáveis ou não observáveis.

Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo.

Aplicações interfinanceiras de liquidez – Refere-se à aplicação de saldos vinculados às contas pré-pagas e saldos vinculados à liquidação financeira – Agenda Mastercard. As operações compromissadas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – impairment – O banQi efetua avaliações anualmente para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício.

3.6 Depósitos

Depósitos correspondem aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamentos pré-pagas, depositadas no app banQi e estão avaliados pelos valores de liquidação.

3.7 Relações interfinanceiras

Correspondem a valores a pagar, registrados pelo valor de liquidação, à bandeira Mastercard e BTG relativos às operações de pré-pagas.

3.8 Contas a Receber

Os recebíveis são representados pelo comissionamento e remuneração dos produtos de marketplace e serviços ofertados através do APP banQi.

3.9 Despesas antecipadas

As despesas pagas antecipadamente estão relacionadas a serviços ou produtos pagos antecipadamente nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros e, portanto, o valor é amortizado ao longo do tempo na demonstração do resultado.

3.10 Imobilizado

O imobilizado é contabilizado, em conformidade a Resolução BCB nº 6/2020, a valor de custo excluindo os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. Alterações na vida útil estimada são contabilizadas como mudanças no método ou no período de amortização, e apropriadamente tratadas como alterações de estimativas contábeis.



A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em "outras receitas operacionais" na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis são registrados conforme Resolução BCB nº 7/2020, ao custo e incluem os ativos adquiridos ou desenvolvidos internamente. Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo puder ser mensurado com segurança e for provável que os benefícios econômicos futuros a ele atribuídos sejam realizados.

Os ativos intangíveis podem ter vida útil definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável, que são reconhecidas pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável e são registradas na demonstração do resultado.

O banQi reconhece ativos intangíveis gerados internamente quando for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo fluam para a entidade e o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.

O custo de um ativo intangível gerado internamente compreende todos os custos diretamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz de operar da forma pretendida pela administração.

Os custos com pessoal relacionados ao desenvolvimento de software foram baseados nas horas atribuídas pelas equipes de engenharia e tecnologia para a adição de novas funcionalidades ou novos produtos nos aplicativos e software desenvolvido internamente, e respectivos custos dispendidos, os quais puderam ser atribuídos a ativos intangíveis identificados, e/ou adicionaram novas funcionalidades, e/ou estendem o uso / aplicações de ativos identificados já existentes. Tais custos são controlados por projeto / ativos identificados, amortizados no prazo de vida útil residual estimada e testados por perda ao valor recuperável ("impairment") pelo menos, uma vez por ano ou quando há evidências de ocorrência de perdas em período menor que um ano.

Os ativos intangíveis com vida útil definida referem-se basicamente a softwares, bem como licenças e direitos de uso, amortizados linearmente a partir da data da sua disponibilização para uso, considerando a vida útil atribuída, que na média é de 5 anos.

3.12 Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - impairment

Os ativos não financeiros são avaliados para verificar se há evidência de que possa ocorrer uma perda no seu valor contábil. As indicações de desvalorização consideram fontes externas ou internas de informação, durante o período ou por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras. Fontes externas incluem, não exaustivamente, o seguinte:

- Redução do valor de mercado do ativo significativamente maior do que a esperada em decorrência da passagem do tempo ou da utilização do ativo;
- Ocorreram, ou ocorrerão em futuro próximo, mudanças significativas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado; e
- As taxas de juros de mercado, ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram, e esses acréscimos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor de um ativo em uso e diminuirão significativamente o seu valor recuperável.

Fontes internas incluem, não exaustivamente, o seguinte:

- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico;
- Ocorreram, ou ocorrerão em futuro próximo, mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade, na medida ou maneira em que um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças, entre outras, incluem: o ativo que se torna inativo, o ativo que a administração planeja descontinuar, reestruturar ou baixar antecipadamente; ou, ainda, o ativo que passa a ter vida útil definida ao invés de indefinida;
- Levantamentos ou relatórios internos que evidenciem, por exemplo, a existência de dispêndios extraordinários de construção, capitalização excessiva de encargos financeiros, entre outros, e indiquem que o desempenho econômico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado;
- Redução do retorno esperado em determinado ativo / unidade geradora de caixa; e
- Alterações negativas em premissas utilizadas para avaliação de ativos, tais como: fluxos de caixa e volumes projetados, taxas de desconto, entre outras. Anualmente avalia se há indicativos de desvalorização de um ativo. Se houver evidências de perda no valor recuperável, são realizados testes de impairment pelo método de fluxo de caixa descontado ou outro método que seja adequado para mensuração do valor recuperável do ativo. Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, são testados anualmente ativos com vida útil indefinida ou ágio por expectativa de rentabilidade futura. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder



o seu valor recuperável. Caso o valor recuperável do ativo avaliado for menor que o valor contábil, a diferença existente entre esses valores é ajustada pela constituição de provisão para perdas, redutora dos ativos, em contrapartida ao resultado do período, exceto para ágio por expectativa de rentabilidade futura, onde a perda é considerada definitiva, sem possibilidade de reversões.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na Demonstração do Resultado, líquida de qualquer reembolso, quando aplicável.

3.14 Impostos e contribuições

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são constituídos com base no lucro/prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. São calculados pelo regime de tributação do lucro real com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 ao ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

A despesa com impostos correntes é o montante do imposto de renda e da contribuição social pagar ou a recuperar relacionada ao resultado tributável do período.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, do prejuízo fiscal e da base negativa acumulada. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados por meio de estudos técnicos realizados pela Administração.

3.15 Uso de estimativa e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas pelo menos anualmente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que são revisadas.

(i) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros:

Para determinar a necessidade de redução do valor recuperável dos ativos, a Instituição avalia ao fim de cada data-base utilizada para elaboração das demonstrações financeiras se há alguma indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização por meio de indicadores externos e internos.

Se houver qualquer evidência, é realizada uma estimativa do valor recuperável das unidades geradoras de caixa. O cálculo do valor recuperável exige que a Administração estime os fluxos de caixa de futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

(ii) Vida útil dos bens do imobilizado e intangíveis:

A Instituição revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado e intangível anualmente e as taxas atualmente utilizadas são julgadas e representativas das vidas úteis destes.

(iii) Projeção de lucro fiscal futuro para a realização de ativos fiscais diferidos:

A realização de ativos fiscais diferido está suportada pelas projeções orçamentárias da Instituição. Referidas projeções consideram premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenários macroeconômicos, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros, que incorrem em alto grau de julgamento.



3.16 Remuneração baseada em ações

O banQi mantém participação nos planos de remuneração baseado em ações instituídos pela Via, tais planos têm o objetivo de propiciar a participação dos administradores e empregados do banQi no capital da Via e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados da controladora para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; estimular a consecução dos objetivos sociais do grupo; e alinhar os interesses dos administradores e empregados com os dos acionistas da Via.

Política contábil

Em troca de serviços prestados por um determinado período, os executivos da banQi podem receber remuneração que é baseada em ações (liquidáveis em títulos patrimoniais da Via ou em dinheiro).

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas ("condições para o exercício"), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Instituição, ou reconhecimento de um passivo no caso de opções liquidadas em caixa. Em cada data-base, ocorre a reavaliação da quantidade de instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que tenham sido expirados e não exercidos. A despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício.

Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício.

3.17 Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

3.18 Novas normas contábeis aplicáveis

Os novos normativos aplicáveis com vigência a partir de 01 de janeiro de 2023 estão listados a seguir:

Resolução BCB 66/21 - Dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido.

Resolução BCB 92/21 - Dispõe sobre a utilização do padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Resolução BCB 120/21 - Dispõe sobre observação no reconhecimento, na mensuração e na evidenciação contábeis os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro ;
- Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimati CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro va e Retificação de Erro;
- Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo; e
- Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Além dos CPCs, a resolução traz direcionamento para tratamento de transações em moeda estrangeira, mensuração de ativos e passivos e critérios para escrituração contábil.

Resolução BCB nº 168/21 - Dispõe sobre critérios contábeis na elaboração dos documentos contábeis consolidados do conglomerado prudencial e sobre os procedimentos operacionais para a elaboração desses documentos e altera o art. 4º da Resolução 146, instituindo a obrigatoriedade de elaboração e remessa do relatório do conglomerado prudencial.

Resolução BCB nº 178/22 - Dispõe sobre critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas, na condição de arrendatária, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento. Os impactos decorrentes da aplicação desta norma estão em avaliação. Adicionalmente, novo normativo foi publicado com vigência a partir de 01 de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 219/22- Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Adicionalmente, novo normativo foi publicado com vigência a partir de 01 de janeiro de 2025.

Para o plano de implementação, a Instituição contratou a consultoria especializada, a qual no segundo semestre de 2022 realizou uma análise de Gaaps e construção um roadmap de implementação dessa resolução. Atualmente o plano está em na fase da criação do comitê para definição do plano de negócio da Instituição.



Resolução BCB nº 309/ 23 - Dispões sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativa. Adicionalmente, novo normativo foi publicado com vigência a partir de 01 de janeiro de 2025.

3.19 Resultado por ação

Conforme facultado às instituições de pagamento pela Resolução BCB 2/2020, parágrafo 5º do artigo 5º, a Administração optou por não observar o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por ação.

3.20 Outros créditos

A Instituição atua como uma instituição de arranjos de pagamentos, onde o usuário contém conta de pagamento pré-paga, para efetuar compras e transferências.

Em seus arranjos a Instituição desempenha a atividade de instituição de pagamentos na modalidade de emissora de moeda eletrônica, criando e gerenciando contas de pagamentos do tipo pré-pagas dos seus usuários finais, ofertando diversos produtos financeiros através do seu app.

3.21 Ativos e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas quando tem uma obrigação corrente (legal ou constituída) que é provável que um desembolso será requerido para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita do montante da obrigação, cuja contrapartida é registrada no resultado.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos pela Resolução BCB nº 9/2020, descritos a seguir:

Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e somente são divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os ativos passam a ser registrados quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem recursos.

Passivos contingentes – essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas nas opiniões de assessores jurídicos e da Administração e são classificadas como:

- Prováveis: para as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial em outras obrigações diversas;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

3.22 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços e repasse de comissões no curso normal das atividades da Instituição.

3.23 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor poderá ser mensurado com confiabilidade. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.



4. Principais estimativas e premissas contábeis

Na aplicação das políticas contábeis da Instituição, a Administração deve exercer julgamento e fazer estimativas sobre os valores contábeis de ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas relacionadas baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

A seguir estão os principais julgamentos e estimativas feitas pela Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Instituição e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Vida útil dos bens do imobilizado e intangíveis: a Instituição revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado e intangível anualmente e as taxas atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis destes. Aplicamos a Instrução Normativa SRF nº 4, no qual está fixada em cinco anos o prazo mínimo admissível para amortização de custos e despesas de aquisição e desenvolvimento de logiciais (“software”), utilizados em processamento de dados e em cinco anos o prazo de vida útil admissível para fins de depreciação de computadores e periféricos (“hardware”).

Projeção de lucro fiscal futuro para realização de ativos diferidos

O banQi realiza a revisão da realização do crédito tributário anualmente, no qual, está suportada pelas projeções orçamentárias da Instituição. Referidas projeções consideram premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros, que incorrem em alto grau de julgamento.

5. Disponibilidades

Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata.

	30/06/2023	31/12/2022
Caixa e Disponibilidades em moeda nacional	3.771	5.662
Total:	3.771	5.662

6. Títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez

Os títulos e valores mobiliários estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço, mantidos até o vencimento.

	30/06/2023	31/12/2022
Carteira própria	150.806	182.225
Vinculados a prestação de garantias	53.808	57.282
Total	204.614	239.507

30/06/2023	Sem vencimento	Até 30 dias	Até 90 dias	Até 180 dias	Até 1 ano	Total
Carteira própria	150.766	-	-	-	40	150.806
FIDC - banQi	150.766	-	-	-	-	150.766
CDB - Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	-	40	40
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	-	53.808	53.808
Operações compromissadas(i)	-	-	-	-	53.808	53.808
Total	150.766	-	-	-	53.848	204.614

(i) As operações compromissadas são vinculadas as contas pré-pagas e estão aplicadas em LFT e lastreada na SELIC 28. Não houve reclassificação entre categorias dos títulos.



<u>31/12/2022</u>	<u>Sem vencimento</u>	<u>Até 30 dias</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>Até 180 dias</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Total</u>
Carteira própria	166.162	-	-	-	16.063	182.225
LTN - Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	16.063	16.063
FIDC - banQi	166.162	-	-	-	-	166.162
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	-	57.282	57.282
CDB - Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	-	470	470
Operações compromissadas(i)	-	-	-	-	56.812	56.812
		-	-	-		
Total	166.162				73.345	239.507

(i) As operações compromissadas são vinculadas as contas pré-pagas e estão aplicadas em LFT e lastreada na SELIC 28.

7. Contas a receber de clientes

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a Receber	81	520
Total:(i)	81	520

(i) Comissão do banQi referente a efetivação de transações com parceiros de negócios, através das transações realizadas via app.

	<u>30/06/2023</u>
banQi	Até 90 dias
Marketplace	81
Total	81

	<u>31/12/2022</u>
banQi	Até 90 dias
Marketplace	520
Total	520



8. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas e leva em consideração vida útil e utilização dos bens:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u> <u>Acumulada</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2023</u>
Computadores e periféricos	1.825	-	(240)	1.585
Móveis e utensílios	3	-	(0)	3
Total	1.828	-	(240)	1.588

As principais taxas anuais de depreciação por item, de acordo com a vida útil são as seguintes:

<u>Item</u>	<u>Taxa anual de Depreciação</u>
Móveis e utensílios	10%
Computadores e Periféricos	20%

9. Intangível

A Instituição investe em contínuo desenvolvimento de novos sistemas e aplicativos visando aumentar o leque de opções para os clientes atuais e novos potenciais, tendo em vista a crescente demanda de mercado por soluções informatizadas para os negócios em geral. Neste contexto, estão em desenvolvimento diversos projetos voltados para sistemas e aplicativos para os clientes.

	<u>Vida útil</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2023</u>
Proj. des. Intern.- Concluídos	5 anos	19.868	3.056	-	10.215	(3.167)	29.972
Proj. des. Intern.- Andamento		12.503	11.256	(928)	(10.215)	-	12.616
Total		32.371	14.312	(928)	-	(3.167)	42.588

10. Depósitos

Correspondem a operações envolvendo as obrigações contraídas pelo banQi junto a seus clientes, usuários do aplicativo banQi e contemplam montantes correspondentes aos depósitos em conta de pagamento pré-paga sem remuneração aos clientes, assim como valores transitórios das operações efetuadas pelos clientes.

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depósitos	46.582	50.058
Total	46.582	50.058



11. Relações interfinanceiras – obrigações

O banQi realiza a intermediação de serviços de recargas e disponibiliza a oportunidade de pagamento de carnê através do seu aplicativo. Participa do arranjo de pagamento da Mastercard Brasil Soluções de Pagamentos Ltda. (“Master”), sendo autorizada a emitir e operar produtos de cartão de débito com a bandeira, e contratou o BTG Pactual para atuar como participante responsável por suas transações no âmbito do PIX.

	30/06/2023	31/12/2022
Obrigações com parceiros	5.822	1.581
Obrigações com PIX - BTG Pactual	3.748	5.942
Valores a pagar de cartões pré-pagos Mastercard	14	13.627
Total:	9.584	21.150

12. Credores diversos

	30/06/2023	31/12/2022
Contrato de Parceria – Mastercard (i)	78.088	74.800
Fornecedores diversos – nacional	18.710	23.996
Fornecedores diversos – exterior	660	982
Total:	97.458	99.778

(i) Programa de Incentivos para realizar a emissão, aumentar e intensificar a base de Cartões na modalidade pré-pago do CLIENTE, bem como o número de Transações e o volume financeiro (faturamento) gerado pelos Cartões Mastercard.

Aging – Fornecedores: Nacional e exterior	30/06/2023	31/12/2022
Até 30 dias	13.143	17.537
De 31 a 90 dias	6.227	6.969
Até 365 dias	12.836	11.834
Acima de 365	65.252	63.438
Total:	97.458	99.778

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	30/06/2023	31/12/2022
Férias e 13º Salário	5.599	5.202
Impostos sobre folha	1.951	1.817
Remuneração baseada em ações	157	156
Total:	7.707	7.175

14. Impostos e contribuições a pagar

	30/06/2023	31/12/2022
Encargos sobre folha de pagamento	2.388	3.517
Imposto sobre serviços – ISS	29	40
Tributos retidos na fonte sobre serviços terceiros	138	278
Outros	4	15
Total:	2.559	3.850



15. Provisão para demandas judiciais

O banQi, com base nas informações de seus assessores jurídicos, constituiu a provisão em junho de 2023 no montante de R\$ 132, considerando suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis e trabalhistas classificadas como perdas prováveis.

Provisões	30/06/2023	31/12/2022
Trabalhistas	101	123
Cíveis	31	32
Total	132	155

Provisões	31/12/2022	Adição	Baixa	30/06/2023
CIVEL	32	-	(1)	31
TRABALHISTA	123	-	(22)	101
Total Geral	155	-	(23)	132

Não existem processos cíveis classificados como perdas possíveis por nossos assessores.

16. Partes relacionadas

As transações envolvendo partes relacionadas são realizadas de acordo com condições negociadas, as quais são apresentadas conforme os custos e preços das prestações de serviços, conforme contratos firmados entre a sua controladora indireta Via S.A e BNQI, empresa do grupo econômico, no qual o BanQi compartilha o pessoal chave da administração e de sua controladora.

Em 30 de junho de 2023 a Instituição apresentou os seguintes saldos de transações com partes relacionadas:

Ativo:	30/06/2023		31/12/2023	
	BNQI	VIA	BNQI	VIA
Comissões		3.387		5.355
Plano de ações		49		49
Contas a receber	3			
Total	3	3.436		5.404

Passivo:	30/06/2023		31/12/2023	
	BNQI	VIA	BNQI	VIA
Transações de Pagamento		3.126		9.392
Adiamento		4.000		4.370
Contas a pagar		678	5	425
Total		7.804	5	14.187

Resultado:	30/06/2023		31/12/2023	
	BNQI	VIA	BNQI	VIA
Rendas por serviços de pagto		6.660		13.553
Total		6.660		13.553

Pessoal Chave

A administração chave inclui diretores que têm autoridade e responsabilidade por planejar, dirigir e controlar as atividades da entidade. Em 30 de junho de 2023, o banQi manteve transações com pessoal-chave da administração: despesas com remuneração de R\$ 4.742 (R\$ 3.017 em junho 2022) incluindo encargos sociais.

17. Capital Social

O capital social da Instituição é de R\$ 515.770, sendo dividido em 515.770 (quinhentos e quinze milhões e setecentos e setenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, distribuídas entre os sócios:.



Nome dos sócios:	Nº de Quotas	Valor (R\$)	%
Cnova Comércio Eletrônico S.A.	1	1,00	0,000002%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações	515.769	515.769	99,99998%

Em janeiro de 2023 a administração deliberou futuro aumento de capital, no montante de R\$ 49.300 que foi subscrito e parcialmente integralizado, sendo aprovado pelo Banco Central do Brasil – BACEN em julho.23.

A integralização do capital social a realizar no montante de R\$ 10.000 ocorreu em 31 de julho.2023

A destinação de resultado previsto em contrato social poderão ser:

- a) distribuídos aos sócios, proporcionalmente ou não, à participação no capital social ou;
- (b) retidos, total ou parcialmente, em conta de lucros em suspenso ou de reservas, ou capitalizados

Parágrafo Único - A critério dos sócios, a Instituição poderá levantar balanços intermediários para fins contábeis ou para distribuição antecipada de lucros.

Plano de opção de compra de ações (liquidável em títulos patrimoniais)

Em maio de 2022, a Via outorgou um novo plano de opção de compras de ações sendo destinadas ao banQi 782.849 ações restritas aos beneficiários do programa de remuneração baseada em ações. Em dezembro de 2022 devido a novas entradas de beneficiários vinculados ao banQi, a Via outorgou mais 164.321 ações restritas para a Instituição. Uma vez cumprida a condição de serviço, qual seja manter-se vinculado como administrador ou empregado da Instituição até o término do vesting, previsto para os meses de abril de 2023 e maio de 2027, o beneficiário terá o direito de receber ações restritas em 4 parcelas de 25% ao ano, a partir do segundo aniversário da data da outorga/concessão.

Os planos de opção de compra de ações liquidáveis em títulos patrimoniais, atualmente vigentes são os seguintes:

	Data da outorga	Término da carência
Opções de compra de ações	27/04/2021	26/04/2026
Ações restritas	27/04/2021	26/04/2026
Ações restritas	10/05/2022	10/05/2027

A tabela a seguir apresenta os detalhes e a movimentação, em quantidade de ações, de cada um dos programas no semestre findo em 30 de junho de 2023:

Séries	Data da outorga	Término da carência	Valor de exercício (em reais)	Quantidade e de opções de ações em vigor em 31.12.2022	Opções outorgadas em novos programas	Opções canceladas	Opções exercidas	Quantidade de opções de ações em vigor em 30.06.2023
Stock option	27/04/2021	27/04/2026	R\$ 10,01	45.645		29.731	-	15.914
Restrictive d share	27/04/2021	27/04/2026	R\$ 0,01	45.645		13.849	15.882	15.914
Restrictive d share	10/05/2022	10/05/2027	R\$ 0,00	759.941		156.840	48.630	554.471
Especial	10/05/2022	10/05/2027	R\$ 0,00	48.600		-	48.600	-

O total da despesa, incluindo retenção de impostos e encargos sociais, relativa aos programas de ações reconhecida no semestre findo em 30 de junho de 2023, foi de R\$827 (R\$524 no semestre findo em 30 de junho de 2022).

Programa de Pagamento Baseado em Ações com Liquidação em Caixa (“Phantom Shares”)

O programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (“Phantom Shares”), atualmente vigente no banQi é o Phantom Share com data de outorga na Instituição em setembro de 2020 e término de carência em agosto de 2025.

Em 30 de junho de 2023, o montante registrado no passivo correspondente a esse prêmio, incluindo encargos sociais é de R\$ 8 (R\$34 em 31 de dezembro de 2022). No semestre findo em 30 de junho de 2023, em virtude da queda registrada no valor da ação, foi reconhecido um estorno de provisão no montante de R\$8 (Estorno de R\$17 no semestre findo em 30 de junho de 2022).



18. Receita por intermediação financeira

	30/06/2023	30/06/2022
CDB - Certificado de depósito bancário	16.619	2.166
Rendas de títulos compromissadas	2.570	327
Rendas de títulos públicos	1.656	380
FIDC – Valorização de cotas	115	999
Total de Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	20.960	3.872

18.1 Receita de Serviços de pagamentos

	30/06/2023	30/06/2022
Serviços de pagamentos	4.199	36.697
CDC em atraso	1.503	769
Interchange	675	1.720
CDC- convertido	599	424
Shopping banQi	371	636
Rendas de Recarga de celular	129	83
Mastercard – Up Front	97	201
Pagamento de boletos e contas	76	117
Gifts cards	66	37
Marketplace	8	393
banQi como moeda	5	88
Recarga de transporte	24	25
Outros serviços	7	-
Total de Rendas por serviços de pagamentos	7.759	41.190

19. Despesas com intermediação financeira

No curso do processo de geração de suas receitas, o banQi incorre em diversos custos envolvendo sua parceria operacional, tais como as tarifas cobradas pelas transações efetuadas através do pix, tarifas de emissão de boletos, custos de licença pagas a bandeira Mastercard entre outros. No semestre findo em 30 de junho de 2023, os principais custos estavam assim apresentados

	30/06/2023	30/06/2022
Manutenção de conta digital	6.210	14.068
Total	6.210	14.068

20. Despesas de pessoal e outras despesas administrativas

	30/06/2023	30/06/2022
Proventos e encargos sociais	38.502	35.808
Benefícios	2.199	2.141
Despesas com plano de ações	885	513
Total – Despesas Pessoal	41.586	38.462
Serviços técnicos, especializados e de terceiros (i)	13.314	2.853
Despesas com incentivos	1.371	5.299
Despesas com publicidade e propaganda	329	5.778
Depreciação e amortização	3.407	1.037
Despesas administrativas	3.048	917
Despesas com tributos	1.135	40
Aluguéis	268	326
Despesas com viagens eventos e locomoções	7	31
Total – Despesas Administrativas	22.879	16.281



- (i) Aumento da contratação de desenvolvedores para novas funcionalidades no app banQi e prestação de serviço de atendimento ao cliente
- (ii) Mudança de premissas para concessão de incentivos e divulgação.

21. Impostos sobre os lucros

O banQi registrou até 30.06.2023 saldo de IRPJ e CSLL diferidos, não houve saldo corrente para estes impostos até o presente momento.

	30/06/2023	30/06/2022
Ativo fiscal diferido – IRPJ (i)	11.973	19.617
Ativo fiscal diferido – CSLL (ii)	4.310	7.428
Variação dos tributos diferidos ativos	16.283	27.045
IRPJ	-	-
CSLL	-	-
Total	16.283	27.045

(i) Saldo referente ao crédito tributário diferido de Imposto de Renda sobre o prejuízo fiscal e diferenças temporárias do exercício de 2023.

(ii) Saldo referente ao crédito tributário diferido de Contribuição Social sobre a base negativa e sobre as diferenças temporárias do exercício de 2023 à alíquota de 9%.

	30/06/2023	30/06/2022
Prejuízo antes da tributação	(47.859)	(79.659)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	16.272	27.084
Despesas Diretoria	-	536
Perdão de mútuo	-	-
Outras diferenças permanentes	11	497
Reconhecimento de impostos diferidos decorrente de exercícios anteriores	-	-
Imposto de renda e contribuição social efetivos	<u>16.283</u>	<u>27.045</u>
Diferido reconhecido por meio do resultado	16.283	27.045
Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social	16.283	27.045

O banQi registrou saldo de créditos tributários sobre prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias dado que as projeções do estudo técnico de viabilidade de realização dos créditos tributários demonstram que haverá lucro tributável suficiente nos anos subsequentes para consumir os créditos dentro do prazo máximo de 10 (dez) anos, conforme plano de negócio da entidade.

Com base na resolução BCB nº15/2020 nos termos do Artigo 4º, § 2º, I da referida resolução, o banQi considerou que a Instituição está dispensada de apresentar lucro em períodos anteriores pois foi constituída a menos de 5 cinco anos –



Saldo em 31.12.2021	Reversão	Constituição	Saldo em 31.12.2022	Reversão	Constituição	Saldo em 30.06.2023
59.024	-	44.049	103.073	-	17.121	120.194
6.156	(1.286)		4.871	(839)	-	4.032
65.180	(1.286)	44.049	107.943	(839)	17.121	124.226

*O saldo relacionado às diferenças temporárias é composto por provisões judiciais, trabalhistas e de fornecedores.

Conforme consta no estudo técnico a expectativa de utilização do crédito relacionado ao prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social é demonstrada a seguir.

Realização do Diferido		
Ano	Prejuízo Fiscal	Base Negativa
2024	1.860	670
2025	4.035	1.453
2026	6.195	2.230
2027	7.860	2.830
2028	9.923	3.572
2029	11.850	4.266
2030	13.838	4.982
2031	15.690	5.648
2032	17.498	6.299
2033	2.595	934
	91.342	32.883

O valor presente dos créditos tributários considerando o prazo de realização em 120 meses é de 58.239, tomando como critério a taxa Selic de 13,25% ao ano, conforme quadro a seguir.

Mês	Data	Valor	VP
12	dez-24	2.530	2.234
24	dez-25	5.488	4.279
36	dez-26	8.425	5.801
48	dez-27	10.690	6.498
60	dez-28	13.495	7.244
72	dez-29	16.116	7.639
84	dez-30	18.819	7.876
96	dez-31	21.338	7.886
108	dez-32	23.797	7.766
120	dez-33	3.529	1.017
		124.226	58.239

22 Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 30 de junho de 2023 e 2022 não houve resultado classificado como não recorrente.

23. Gestão de riscos

23.1 Gerenciamento de riscos

O banQi Instituição de Pagamento Ltda. ("banQi" ou "Instituição"), possui uma estrutura específica e independente para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e controles internos, que abrangem a avaliação e o monitoramento dos riscos operacionais, de crédito e de liquidez incorridos pela instituição, incluindo o fluxo de caixa e das aplicações e dos recursos mantidos em contas de pagamento. A governança desta estrutura é realizada de maneira contínua e exerce papel elementar para os direcionamentos estratégicos da instituição.



23.2 Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de uma contraparte não cumprir com suas obrigações, seja de um contrato ou instrumento financeiro, levando a uma quebra de expectativa de caixa ou prejuízo financeiro. O risco de crédito na Instituição pode decorrer das exposições com outras instituições financeiras, parceiros comerciais, operacionais ou adquirentes, incluindo operações de caixa, equivalente de caixa, valores operacionais a receber, aplicações, instrumentos financeiros e depósitos.

Importante reforçar que o banQi, como instituição de pagamento emissora de moeda eletrônica, não realiza operações de crédito direto para seus usuários.

- Caixa e equivalentes de caixa: O risco de crédito referente aos saldos de contas bancárias em instituições financeiras é gerido pela área de Riscos e Tesouraria, sendo priorizada, mas não limitada, a alocação em instituições com avaliação “AAA”, ao menos “BB” ou superior. Com base na avaliação de risco do banQi, a perda de crédito esperada não é material, uma vez que as contas a receber são compostas principalmente por investimentos de alta liquidez e contas operacionais, aprovadas por grandes instituições financeiras que têm um baixo nível de risco global com base em ratings recebidos das principais agências de classificação de crédito. Além disso, essas instituições financeiras são os responsáveis legais pelas contas a receber.

- Investimentos financeiros: Se referem principalmente a ativos com alto nível de liquidez, sendo grande parte atrelados a títulos emitidos pelo governo brasileiro. Não há expectativa significativa de perda de crédito reconhecida para esses ativos.

- Valores a receber de parceiros operacionais e adquirentes: A Instituição reconhece os valores a receber das empresas com quem mantém relacionamento comercial de acordo com escopo de respectivas atividades e em detrimento aos processos que são provenientes dos usuários executando as transações relacionadas aos serviços disponíveis. Esses recebíveis têm alto nível de liquidez e risco com relevância imaterial.

Para a continuidade das operações, o banQi utiliza uma combinação de parceiros a fim de diversificar a exposição ao evitar a concentração dos riscos de contraparte, operacional e liquidez. Entre as principais empresas parceiras, estão o Banco Santander, Banco Bradesco, BTG Pactual, a Mastercard, Banco Daycoval, BMP, Genial e a Dock Serviços Financeiros.

Adicionalmente, tais empresas possuem instrumentos mitigadores de riscos referente a valor das contas a receber das contrapartes, consumidores e estabelecimentos comerciais, tais como: gerenciamento de risco, processos de prevenção a fraude, limitações de antecipação da agenda, controles de conformidade, entre outros. Esses procedimentos ajudam a mitigar o risco sistêmico do arranjo de pagamento.

Para o arranjo de pagamentos, a Administração do banQi não considera provável perdas significativas por inadimplência dessas contrapartes, além dos valores já reconhecidos como estornos, apresentados sob risco de fraude. O arranjo de pagamentos (Visa, Mastercard, Elo e outros) possui modelos de gerenciamento de riscos e garantias próprios para avaliar e mitigar o risco de inadimplência dos emissores, que mitigam o risco das adquirentes e o risco sistêmico dos arranjos de pagamentos brasileiros.

23.3 Risco de mercado e Liquidez

O risco de mercado é definido como a possibilidade de o valor justo dos ativos e passivos financeiros ou investimentos aumentarem ou diminuírem como resultado da volatilidade e movimentos imprevisíveis nas avaliações de mercado. Em 30 de junho de 2023, a Instituição não possuía instrumentos financeiros derivativos, sendo somente instrumentos de baixa complexidade, com exposição imaterial, inclusive diante o risco de taxa de juros e cambial.

Risco de Liquidez é a possibilidade de a Instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, devido a um descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos em seu fluxo de caixa.

Os processos de gerenciamento de liquidez do banQi incluem:

- Monitoramento da liquidez de caixa: atualização diária do fluxo de caixa administrativo e operacional, detalhando as entradas e saídas, incluindo a projeção de caixa e o cenário de estresse.
- Limites mínimos de caixa: estabelecem limites mínimos de caixa, que permitem a tomada



de ações preventivas para garantir recursos suficientes para cumprir os compromissos financeiros.

O fluxo de caixa projetado da Instituição é gerado e monitorado diariamente pela tesouraria para garantir que a Instituição tenha os recursos necessários para cumprir os compromissos financeiros e as necessidades operacionais. Para a projeção de caixa, são utilizadas premissas de crescimento e fatores de estresse, que incluem aumento de perdas e despesas.

As informações sobre passivos financeiros são informações essenciais para a projeção e gerenciamento do fluxo de caixa, garantindo que a Instituição possua os recursos necessários para liquidar suas obrigações.

Como procedimento de gestão de caixa, a tesouraria investe os valores excedentes em ativos de alta liquidez e baixo risco. É importante ressaltar que o banQi não possui bens dados em garantia de empréstimos, operações financeiras ou obrigações contratuais.

A maior parte dos depósitos são classificados como devidos em a menor "até 30 dias", pois podem ser contratualmente sacados imediatamente. No entanto, o comportamento histórico dos clientes sugere que esses valores não serão sacados neste período. Além disso, os excedentes de ativos apresentam alta liquidez no mercado brasileiro.

23.4 Risco de fraude

A Instituição está exposta a diversos riscos operacionais, sendo o mais relevante o risco de fraude, que é uma atividade indevida, ilegal ou criminosa que causa prejuízo financeiro para uma das partes envolvidas numa transação financeira no âmbito do banQi. A fraude de cartões inclui o uso não autorizado de cartões extraviados, roubados/furtados, falsificados ou alterados, bem como o uso indevido da conta de pagamento do usuário do banQi. Dentro desse cenário, a Instituição está exposta a perdas devido a estornos de transações (cancelamentos / chargeback).

A Instituição possui áreas dedicadas à prevenção de fraudes com o desenvolvimento de processos e estratégias antifraude e monitoramento em tempo real das transações com saldo de conta de pagamento ou cartão de crédito para boletos, saques ou transferências entre usuários, identificando, aprovando ou recusando transações.

23.5 Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Compliance

Em cumprimento às normas do Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e das entidades de autorregulação do mercado financeiro e de capitais, ANBIMA e B3, as instituições adotam Políticas e Procedimentos no sentido de estruturar e aplicar um processo de controles internos à sua estrutura funcional. As instituições estabeleceram os seguintes objetivos para a condução de suas operações:

- i. Observar o princípio da probidade na condução de suas atividades
- ii. Prezar pela capacitação para o desempenho das atividades
- iii. Agir com diligência no cumprimento das ordens, observado o critério de divisão das ordens (quando for o caso)
- iv. Obter e apresentar aos seus clientes informações necessárias para o cumprimento das ordens
- v. Adotar providências para evitar a realização de operações em situação de conflito de interesses, assegurando tratamento equitativo a seus clientes
- vi. Manter, sempre, os documentos comprobatórios das operações disponíveis, tanto para os órgãos fiscalizadores, como para os investidores, pelos prazos legais.

A estrutura de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Compliance reporta-se ao Chief Financial Officer (CFO), Gerencia Executiva de Riscos e Controles Internos e à Alta Administração e Chief Executive Officer (CEO), por intermédio do Comitê de Riscos e Comitê de Ética e Compliance.

A área de Gestão de Riscos é responsável pelo gerenciamento dos riscos e pelas atividades de controles internos, identificando e avaliando os riscos, bem como o tipo, desenho e execução dos controles. Essa área também é responsável pela definição das diretrizes a serem aplicadas para gestão de continuidade de negócios.

As diretrizes do processo de gerenciamento de riscos estão formalizadas na Política de Gestão de Riscos Operacionais e Controles Internos e tem por objetivo definir:

- A metodologia para identificação, mensuração, gestão e comunicação referente a Riscos



Operacionais e Controles Internos

- A governança para temas relacionados a Riscos Operacionais e Controles Internos
- Os responsáveis pela gestão de Riscos Operacionais e os papéis esperados de cada um dos colaboradores, conforme modelo de três linhas

A estrutura de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance é apropriada para o porte e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, monitoramento e controle dos riscos aos quais estão expostos.

O processo de gerenciamento de riscos e controles permeia todas as áreas e todos os colaboradores permitindo que os riscos sejam adequadamente identificados, medidos, mitigados, rastreados e relatados e, está alinhado às diretrizes da administração, que por intermédio de comitês e outras reuniões internas, definem e acompanham os objetivos organizacionais, incluindo o apetite ao risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital fornecem suporte à administração por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

O modelo de linhas de defesa é definido como:

- **Primeira linha de defesa:** funções ou atividades de negócios que geram exposição a um risco, cujos gerentes são responsáveis por sua administração de acordo com políticas, limites e outras condições definidas e aprovadas pela Diretoria. A primeira linha de defesa deve ter os meios para identificar, medir, tratar e relatar os riscos assumidos.
- **Segunda linha de defesa:** consiste nas áreas de gestão de riscos e controles, compliance e segurança, com o intuito de assegurar que os controles sejam eficazes e que os riscos sejam gerenciados de acordo com os objetivos definidos. É responsável por propor políticas de gerenciamento de riscos, desenvolver modelos, metodologias e supervisionar a primeira linha de defesa.
- **Terceira linha de defesa:** é responsável por avaliar periodicamente de forma independente se as políticas, métodos e procedimentos são apropriados, além de provar sua efetiva implementação.

Todas as áreas são responsáveis por atuar proativamente na identificação dos riscos relacionados aos processos sob sua responsabilidade e endereçar controles que os mitigue, bem como reavaliar seu ambiente de riscos e controles no mínimo anualmente ou quando forem desafiados pela área de Gestão de Riscos ou quando da materialização de situações como:

- Ocorrência de evento relevante;
- Novas regulações relacionadas; e
- Novos produtos e processos ou alterações significativas em produtos e processos existentes.

O acompanhamento e reporte à administração do perfil de risco e ambiente de controles internos da organização, é liderado pela área de Gestão de Riscos.

Na atribuição do papel de terceira linha de defesa, são utilizados os serviços da unidade específica de Auditoria Interna da Via Varejo S.A. ("Via"), controladora das Instituições. Os serviços de auditoria interna seguem como referencial os princípios delineados pelo The IIA (The Institute of Internal Auditors) e as diretrizes de atuação são formalizadas em Política Interna da Via.

Em 2022, primeiro ano de atuação nas Instituições banQi, a Auditoria Interna VIA realizou trabalhos relacionados à governança e de maior risco para o negócio como: ELC "Entity Level Control", PLD/FT e Cyber.

Outro elemento importante da estrutura de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance, é a estrutura de comitês. Estes fóruns de governança são projetados para acompanhar e tomar decisões sobre aspectos associados à administração e controle organizacional.

O adequado sistema de controles internos deve permitir a identificação e avaliação dos riscos potenciais, o seu efetivo gerenciamento e a adequada mitigação pelos processos de controle preventivos e detectivos. Para isso, são requeridos planos de ação para mitigar a exposição aos riscos potenciais que não possuem



controles ou possui deficiências nos existentes.

O fortalecimento da cultura de riscos, controles internos e compliance pressupõe a contínua capacitação e treinamento, com vistas a assegurar as competências e habilidades necessárias aos empregados, dirigentes e colaboradores para o pleno exercício de suas responsabilidades legais, execução das respectivas diretrizes corporativas que regulam o tema e atuação enquanto agente ativo na consolidação de um ambiente interno pautado pelas boas práticas de conduta e ética.

Para tanto, é divulgado de forma clara e objetiva, as condutas esperadas de seus colaboradores e terceiros, por intermédio do Código de Ética e as boas práticas de governança corporativa, através da Política de Compliance ASG e Governança Corporativa, a qual aborda entre outros temas, o Programa de Compliance, composto pelos tópicos a seguir:

- Procedimento Anticorrupção, de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Combate ao Financiamento do Terrorismo
- Conflito de Interesse
- Manual de Cultura Organizacional
- Reportes Regulatórios
- Canal de denúncia
- Doações, brindes e presentes
- Decisão

Dado isso, todos têm o dever de relatar, de boa-fé, a ocorrência ou identificação de possíveis irregularidades, violações de regras, suspeitas de fraudes, suborno, desvios de condutas ou qualquer ato que possa expor negativamente a imagem das Instituições, fornecendo informações que ajudem a manter elevados padrões éticos, cuja comunicação pode ser realizada pelos canais de comunicação segura e confidencial.

A conscientização dos colaboradores se dá pela aplicação de treinamentos obrigatórios de Compliance, ASG & PLD/CFT através da Intranet e, de Segurança Cibernética, através de plataforma contratada.

Anualmente, é requerido a todos os colaboradores a realização de treinamento de reciclagem.

As diretrizes que suportam os processos de gestão de riscos, controles internos, compliance e segurança, são formalizadas em Políticas internas, as quais são aprovadas pela Diretoria, revisadas no mínimo anualmente e ficam disponíveis a todos os colaboradores na intranet.

24. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes, entre a data da elaboração até a emissão das demonstrações financeiras.

Elaborado por:

Elaine Carvalho da Silva
Contadora CRC: 1SP280404

* * *